

José Arthur Di Spirito Kalil

O CONSUMIDOR E O DIREITO PENAL ECONÔMICO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by José Arthur Di Spirito Kalil

Categoria: Direito e Cidadania do Consumidor

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rogério Marçal

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

CK14c

Kalil, José Arthur Di Spirito

O consumidor e o direito penal econômico / José Arthur
Di Spirito Kalil. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

209 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 195-209.

ISBN 978-85-8440-020-1

1. Direito penal econômico. 2. Defesa do consumidor
– Brasil. I. Título.

CDD- 345.810268

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO AUTOR – Dr. Alberto Zacharias Toron	15
PREFÁCIO – Dr. Luís Augusto Sanzo Brodt	17
INTRODUÇÃO.....	21
2 O DIREITO À INFORMAÇÃO NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	25
2.1 A origem do direito do consumidor.....	25
2.2 A informação no direito do consumidor	35
2.3 A limitação do conhecimento	39
2.4 Os meios de se informar (<i>onde</i>).....	41
2.5 A publicidade e a informação.....	41
2.6 A publicidade enganosa.....	46
2.7 Publicidade abusiva	49
2.8 Os controles não penais da informação e da publicidade	50
2.8.1 A tutela civil contra as ofensas ao dever de informar	50
2.8.2 A tutela administrativa contra as ofensas ao dever de informa.....	53
2.8.3 A autorregulamentação da publicidade.....	54
3 A TUTELA PENAL DO CONSUMIDOR E O BEM JURÍDICO.....	57
3.1 Conceito de direito penal econômico	57
3.2 Características de Direito Penal Econômico	60
3.2.1 Ofensa a bens jurídicos coletivos pertinentes à ordem econômica.....	60
3.2.2 Contribuição criminológica para a caracterização do sujeito ativo.....	61

3.2.3 O sujeito ativo, sob a perspectiva dogmática.....	63
3.2.4 Tensão com o imperativo da taxatividade dos tipos.....	65
3.2.5 Presença de incriminações de perigo abstrato.....	67
3.2.6 Problemáticas questões de imputação da negligência.....	68
3.2.7 A questão do bem jurídico intermediário.....	75
3.2.8 A administrativização do direito penal econômico.....	76
3.2.9 Notas conclusivas e modelos alternativos de intervenção penal.....	79
3.3 A tutela penal do consumidor: antecedentes históricos.....	81
3.4 O bem jurídico-penal.....	89
3.4.1 Aspectos gerais.....	89
3.4.2 A titularidade do bem jurídico nos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor.....	94
3.4.3 “Relações de consumo” como bem jurídico-penal?.....	95
3.5 O bem jurídico na incriminação da informação inidônea ao consumidor.....	99
3.5.1 O bem jurídico nos crimes de informação inidônea ao consumidor como bem intermediário.....	104
4 A TUTELA PENAL DO CONSUMIDOR E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS.....	107
4.1 A tutela penal do consumidor.....	107
4.2 Normas, princípios e regras.....	108
4.2.1 A conformidade das leis com a Constituição.....	111
4.3 Princípio da legalidade.....	114
4.4 Princípio da culpabilidade.....	118
4.5 Princípio da intervenção mínima.....	127
4.6 Princípio da insignificância.....	130

4.7 Princípio da ofensividade	133
4.8 Princípio da proporcionalidade.....	135
5 OS TIPOS PENAIS EM ESPÉCIE	145
5.1 Aspectos gerais	145
5.1.1 Sujeitos ativo e passivo	145
5.1.2 Objeto material	146
5.1.3 Ofensa ao bem jurídico.....	147
5.1.4 Crimes de consumo próprios e crimes de consumo impróprios.....	155
5.1.5 Concurso de pessoas	156
5.1.6 Aspectos da lei penal no tempo	158
5.1.7 Ação penal, benefícios da Lei 9.099/95 e competência em razão da matéria	159
5.1.8 Concurso aparente de normas	160
5.1.9 Circunstâncias agravantes	162
5.1.10 Das penas	168
5.1.11 Da multa	168
5.1.12 Das penas restritivas de direitos	169
5.1.12.1 Aspectos gerais.....	169
5.1.12.2 Da interdição temporária de direitos	170
5.1.12.3 Da publicação da condenação na imprensa.....	171
5.1.12.4 Da prestação de serviços à comunidade.....	172
5.2 Dos tipos em espécie	172
5.2.1 Artigo 63 da Lei 8.078/90.....	172
5.2.2 Artigo 64 da Lei 8.078/90	174
5.2.3 Artigo 66 da Lei 8.078/90.....	176

5.2.4 Artigo 67 da Lei 8.078/90	180
5.2.4.1 Direito comparado nos crimes dos artigos 66 e 67	184
5.2.5 Artigo 68 da Lei 8.078/90.....	192
REFERÊNCIAS.....	167